



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 138 - Janeiro 2009

NOSSA OPINIÃO

- [As muitas “Gaza” invisíveis das florestas](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Camarões: comunidades locais se opõem a uma “floresta comunal”](#)
- [Equador: novas prospecções no Yasuni](#)
- [Filipinas: petróleo e gás acarretam miséria e destruição em região de manguezais](#)
- [Paraguai: Ação para proteger Povo Indígena em isolamento voluntário não pode ser adiada](#)
- [R.D. do Congo: barragens Inga significam bons negócios para as corporações e nenhum benefício para as comunidades locais](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Brasil: Movimento dos Pequenos Agricultores \(MPA\) lança cartilha sobre o Fomento Florestal](#)
- [Indonésia: o papel que trouxe violência e morte](#)
- [Nigéria: Pneus à custa do sustento das comunidades](#)
- [Nova publicação do WRM sobre a resistência contra as plantações industriais em Camarões](#)
- [Papua Nova Guiné: Banco Mundial promove dendezeiros e empurra a população para a pobreza](#)
- [Plantações, pobreza e poder. O papel da Europa na expansão da indústria da celulose no Sul](#)

O NEGÓCIO DA MUDANÇA CLIMÁTICA

- [Carvão mascarado como “biochar”: outra lucrativa solução tecnológica](#)

NOSSA OPINIÃO

- As muitas “Gaza” invisíveis das florestas

Nas últimas semanas o mundo assistiu com impotência ao horror da invasão israelense à faixa de Gaza. Apesar de as imagens transmitidas pela televisão refletirem apenas uma pequena parte do sofrimento da população palestina, eram mais do que suficientes para compreender o drama que estavam vivenciando. Famílias inteiras dizimadas por bombas; lares, escolas, lojas, hospitais e templos reduzidos a entulhos em questão de segundos; sistemas de distribuição de água, esgoto e energia destruídos; medo, raiva, dor, esgotamento, fome, sede.

O que grande parte do mundo não sabe- porque nunca chega a ser difundido pelos meios de comunicação de massas- é que existem outras situações bem similares à

de Gaza, que ocorrem quase todo dia em diferentes partes do planeta. As armas usadas podem ser diferentes e o número de pessoas afetadas pode ser menor, mas os resultados são os mesmos: a violação dos direitos humanos das pessoas e a destruição de seus meios de vida.

Por exemplo, no dia 18 de dezembro de 2008, centenas de policiais e paramilitares irromperam em um povoado da província de Riau em Sumatra, Indonésia, com gás lacrimogêneo e armas de fogo. Um helicóptero lançou uma bomba incendiária em um povoado e incendiou centenas de moradias supostamente com napalm. Foi usado gás lacrimogêneo e armas de fogo. Duas crianças foram mortas e muitas pessoas foram feridas enquanto outras foram capturadas. Cerca de 400 moradores fugiram para a floresta nas montanhas e apenas 58 permaneceram no povoado. Dois dias depois, um helicóptero voou a baixa altura sobre as tendas dos sem-teto e os bombardeou com pedras.

O motivo de tanta violência pode até parecer absurdo: a produção de papel. Não obstante, da mesma forma que no conflito palestino, o problema de fundo radica no controle territorial. O governo indonésio desconhece os direitos tradicionais das populações locais e atribui para ele a propriedade do território, que cede a uma empresa para plantar árvores destinadas à produção de papel. As comunidades locais se resistem a ser expulsas e a resposta é a violência.

Situações semelhantes vêm ocorrendo permanentemente e a questão do controle territorial está sempre presente como uma das causas centrais. Por exemplo, cada vez que um governo decide construir uma grande barragem hidrelétrica, está violentando os direitos de milhares ou centenas de milhares de pessoas que habitam na área e cujos lares, florestas e campos de lavouras vão ser inundados ou cujos meios de sobrevivência vão ser gravemente afetados pela barragem. Normalmente, as pessoas não aceitam passivamente esse fato e o Estado intervém através da repressão e criminalização do protesto.

É o mesmo que ocorre quando um Estado outorga concessões madeireiras, petroleiras ou mineiras a alguma empresa. Os territórios afetados não estão vazios, senão que aí habitam comunidades indígenas, tradicionais ou camponesas, que em muitos casos têm vivido no local muito antes da existência do Estado nacional. Contudo, este último desconhece os direitos ancestrais dessas comunidades e atribui a si mesmo o direito de propriedade sobre essas terras.

É importante esclarecer que para esses povos, a destruição da floresta é equivalente ao que foi presenciado em Gaza: a destruição de lares, templos, escolas, armazéns, hospitais, sistemas de água potável. De fato, a floresta é seu lar e templo e dela obtêm alimentos, medicinas, adubo, fibras, madeiras, água e tudo quanto precisarem como meios de vida. A desaparecimento da floresta e a degradação ambiental decorrente das atividades industriais que a substituem - atividade madeireira, monoculturas, mineração, exploração petroleira, hidroenergia, etc. - são como "bombas" lançadas sobre seus territórios que destroem tudo o que para eles têm valor.

"Todos somos palestinos". Sob este lema milhares de pessoas do mundo inteiro manifestaram seu apoio ao povo palestino e seu repúdio ao ataque do Estado de

Israel sobre a Faixa de Gaza. Muitos outros “palestinos” –como os ayoreo no Paraguai, adivasi na Índia, bagyeli na África Central, Tagaeri e Taromenane no Equador/Peru e muitos outros- estão sendo hoje “bombardeados” e precisam ser apoiados em sua luta desigual contra inimigos bem mais poderosos do que eles.

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Camarões: comunidades locais se opõem a uma “floresta comunal”

Instalar uma floresta comunal pode parecer uma boa proposta. Contudo, pode não ser bem assim, conforme muitos moradores locais do distrito de Dzeng (Província de Centre, Departamento de Nyong e So'o), que denunciaram a tentativa do atual prefeito de Dzeng de usar suas terras florestais para a exploração comercial. Trata-se de 25.182 hectares de terras florestais que seriam classificados como “floresta comunal”, uma categoria intermediária entre uma concessão madeireira e uma floresta comunitária.

A Lei nº94/01 afirma que essa classificação deveria levar em consideração o entorno social das populações locais para manterem seus direitos tradicionais de uso. Sob a categoria de “floresta comunal” prepara-se um plano de manejo por parte da autoridade local que também deveria envolver a participação e o acordo da população local. No caso, as comunidades locais nunca foram consultadas e a desconfiança surge do fato de nunca terem sido informados dos planos do prefeito de classificar suas terras como “florestas comunais”, descumprindo assim a lei- as comunidades só souberam disso através de um discreto comunicado escrito pendurado em uma das paredes da prefeitura de Dzeng.

O prefeito local disse que ele planeja construir uma serraria na área. “Nós expressamos firmemente nossa oposição a esse projeto de classificação forçada de todas nossas florestas atravessadas pelo córrego Tofini como floresta comunal com o propósito de encher os bolsos de um grupo de pessoas que nunca se preocupou pelo interesse público”, escreveram os chefes dos povoados Assok e Nkonmedzap para o prefeito. (1)

O prefeito argumenta que o empobrecimento extremo de sua municipalidade é o que o urge para estabelecer uma floresta comunal e contar com recursos para o desenvolvimento de projetos. Mas essas terras florestais já têm sido altamente exploradas por empresas madeireiras, que só trouxeram destruição florestal para as comunidades. A floresta foi abandonada sem suas espécies mais valiosas e agora está justamente regenerando-se da ação de empresas tais como a SAB e a SEBC- subsidiárias do grupo francês Thanry Group, um dos maiores conglomerados madeireiros na África. Atualmente o grupo Thanry está controlado pela empresa Vicwood Pacific de Hong Kong.

Uma carta aberta encaminhada ao presidente da República de Camarões, Paul Biya, escrita por Alain G. Njimoluh Anyouzoa transmite seu temor “que é também compartilhado por todas as famílias do mencionado distrito quando nos informaram que como um

prêmio consolação pela perda de nossas terras para a exploração comercial, conseguiríamos em seu lugar uma serraria!” A carta solicita a ação do presidente para impedir “o pretendido saqueio de nosso distrito, como já aconteceu em outras regiões de nosso querido país”.

Também foi encaminhada uma carta aberta ao prefeito Emmanuel Nnemde que afirmava que seria uma classificação manipulada de terras florestais como “floresta comunal” que não traria benefícios para as comunidades locais. “O senhor afirma que sua decisão por uma aquisição de emergência de uma floresta comunal foi motivada pela extrema pobreza de seu distrito e uma enorme necessidade de recursos para implementar projetos. Seus cidadãos cujas florestas têm sido cortadas impiedosamente pelas madeireiras Sab e Coron nos anos 80 sem nenhum investimento local em troca refutaram os argumentos que o senhor apresentou”, afirma a carta.

Em sua carta, Njimoluh Anyouzoa referiu às desastrosas consequências decorrentes do manejo caótico das florestas comunais existentes- problemas sociais como desemprego, pobreza, fome, prostituição, doenças graves (HIV/ AIDS), gravidez indesejada. Os problemas sociais que, ele disse, “a população de Assok, Nkomedzap e outras tentaram dizer-lhe em pedido apresentado junto às autoridades camaronesas competentes, já que está relacionado especificamente com a lei nº 94/01 de 20 de janeiro de 1994 da regulação das florestas, vida silvestre e pesca, que lhe concede um poder quase discricionário sobre a cultura dessas florestas quando transformadas em ‘florestas comunais’”.

E anunciou que tinha enviado uma cópia da carta “ao escritório da Agência Europeia do Ambiente (EEA) em Copenhague (Dinamarca) nesta semana tentando descobrir se a União Europeia estava envolvida nesse projeto de alguma forma, e denunciar vigorosamente a política de “eliminar nossas florestas” na qual a União Europeia participou algumas vezes com a ajuda de uns poucos funcionários locais.”

Fontes: (1) « Dzeng : Une forêt déchire les populations et le maire », Mutations, 27 de novembro de 2008,

<http://www.quotidienmutations.info/mutations/nov08/1227799736.php> . (2) Carta aberta ao Prefeito do Distrito de Dzeng – Camarões por Njimoluh Anyouzoa, 30 de dezembro de 2008, enviada pelo autor.

[início](#)

- Equador: novas prospecções no Yasuni

O Parque Nacional Yasuni estende-se pelas bacias dos rios Yasuni, Cononaco, Nashiño e Tiputini. Esses rios possuem, além de seus importantes leitos, áreas planas inundáveis, áreas de pântano, poças e vários complexos lacustres como os de Jatuncocha, Garzacochoa e Lagartocochoa. Este é o território ancestral do povo Waorani e de dois povos em isolamento voluntário, os Tagaeri e os Taromenane.

Cononaco e Tiputini e centenas de nomes indígenas são também campos petrolíferos.

A indústria petroléira adotou nomes indígenas como mais uma forma de vexame, para dar nome ao que seria a devastação.

Em dezembro de 2008, os Waorani fizeram a denúncia de novas prospecções petrolíferas no campo Cononaco. Para neutralizar a comunidade, a empresa nacional (Petroecuador) entregou à comunidade 35.000 dólares. Mas essas novas prospecções afetam o Parque Nacional Yasuni.

As atividades petrolíferas em Cononaco foram fiscalizadas dentro do julgamento feito contra a empresa Texaco, por ter sido um campo aberto e operado por esta empresa. Das 35 amostras tomadas, 30 apresentaram indicadores superiores aos permitidos pela lei.

Esta região faz parte da Reserva da Biosfera Yasuni, é território Waorani e a poluição afeta diretamente o Parque Yasuni.

Quando em 2006 quebrou a tubulação que interconecta os campos Auca e Cononaco, o derramamento poluiu o rio Tiputini que serpenteia dentro do Parque. Mais grave ainda é o fato de as novas prospecções ocorrerem nas áreas de influência dos povos em isolamento voluntário.

O problema que tem esta denúncia de novas explorações petrolíferas em áreas protegidas é que revela a vontade de continuar com um modelo extrativista, para o qual a natureza é apenas uma adversidade, que não apenas usa as mesmas práticas típicas da indústria senão que quebra com a primeira perfuração todos os direitos que foram reconhecidos na nova e recente Constituição.

* Proibição de operações petrolíferas em áreas protegidas, Art. 407

* O direito da natureza a existir e manter seus ciclos vitais e estrutura, Art. 72

* O princípio de precaução ao afirmar que o Estado deverá aplicar medidas de precaução e restrição para as atividades que puderem levar à extinção de espécies, destruição de ecossistemas ou alteração permanente de ciclos naturais, Art. 73

* Proteção do território dos Povos em Isolamento Voluntário- um direito que ao ser violado incorre em crime de genocídio e etnocídio, Art. 57

Os Waorani, que demonstraram sua oposição às operações petrolíferas com diferentes formas de protesto, foram criminalizados, divididos e ignorados. Agora, porém, amparados pelo reconhecido direito à resistência (Art.98) têm uma nova ferramenta para passar da denúncia à ação.

Por Esperanza Martínez, Oilwatch, correio eletrônico: tegantai@oilwatch.org

[início](#)

- Filipinas: petróleo e gás acarretam miséria e destruição em região de manguezais

Há mais de três anos, um enorme navio chegou sem prévio aviso ao estreito de Tañon, uma das regiões de pesca mais ricas nas Filipinas Centrais e um centro mundial para a biodiversidade marinha. Durante dois meses, o M/S Veritas Searcher - propriedade da Japan Petroleum Exploration Co.Ltd. (Japex) - permaneceu no estreito para determinar a existência de depósitos de petróleo e gás natural usando tecnologia altamente sofisticada para detectar e determinar a extensão dos depósitos.

Com desconhecimento da população, a Japex já estava realizando uma pesquisa geofísica extensiva, usando um navio com armas de ar comprimido e hidrofones conectados a um cabo que draga as águas subterrâneas para produzir reflexos sísmicos a fim de detectar as características a grande escala da geologia subaquática. O ruído sônico de um conjunto de armas de ar comprimido é 255 decibels (dB), muito além do umbral humano de 80 dB e de outros animais em que é mais baixo. A explosão sísmica pode causar danos aos órgãos de reprodução, estourar as bexigas natatórias e causar estresse fisiológico nos organismos marinhos. Também pode provocar alterações de comportamento e reduzir ou eliminar habitats disponíveis, alterar a distribuição de peixes por dezenas de quilômetros e causar dano nos ovos e larvas planctônicas. A partir de então, a vida de milhares de pescadores já não foi a mesma.

Os manguezais que beiram o estreito Tañon indicam um rico ecossistema que providencia alimentos que agora está ameaçado pelas atividades de prospecção de petróleo e gás. O peixe é um dos principais componentes da dieta, que dá conta de mais de 50% da proteína animal consumida no país. As atividades de prospecção de petróleo e gás da Japex no estreito de Tañon e da NorAsia Energy Ltd. no estreito de Cebu-Bohol afetam negativamente um número estimado de 200.000 pescadores nas províncias de Cebu, Bohol, Negros Oriental e Negros Ocidental na região central de Visayas. Diversas missões de verificação internacional (FFM) conduzidas por diferentes grupos desde 2005 documentaram a destruição da aparelhagem de pesca dos pescadores, a desaparecimento de espécies locais de peixes bem como a diminuição dos peixes capturados em decorrência das operações da Japex e NorAsia: 3 a 5 quilos de 15 a 20 quilos informados por pescadores que usam botes motorizados; 0 a 2 quilos de 4 a 6 quilos por pescadores que usam botes sem motor.

A organização de pescadores Pamalakaya receia que as atividades de prospecção de petróleo e gás tenham impactos de longa duração não apenas nos meios de vida de subsistência dos pescadores na região, como também na segurança alimentar do país inteiro. Isso levaria a uma "crise da pesca" que cortaria a produção anual doméstica em média 600.000 toneladas métricas de peixe e outros produtos marinhos durante os próximos sete a dez anos, afirma o grupo. Até o consumo de peixe de cada filipino poderia ser reduzido em mais de 20 por cento.

Enquanto isso, a empresa australiana NorAsia está preparando a realização de perfurações no estreito de Cebu-Bohol para o início do próximo ano. Se a prospecção de petróleo e gás teve impactos tão devastadores, é possível imaginar os que terá a exploração. "Estamos amedrontados porque quando as perfurações começarem, não restará nada para nos alimentarmos. Até agora tudo o que podemos pagar é só arroz, na maioria das vezes. Alguns dos meus colegas vendedores de peixe migraram para as cidades para trabalhar como ajudantes domésticos porque

aqui já não restam meios de vida”, disse Lucena Sarahena, uma residente de 41 anos de Brgy. Langtad, Argao. “Antes, nossa renda era apenas suficiente para transporte, alimentação e eletricidade. Agora é escassamente suficiente até para pôr alimentos na mesa,” disse Merla Labid, de 53 anos, cujo neto adoeceu de bronco-pneumonia e abandonou a sexta série.

A NorAsia também prometeu aos residentes de Argao que os preços da gasolina, bem como os preços dos produtos básicos iriam baixar se a prospecção de petróleo e gás desse certo. Mas os pescadores de Brgy. Langtad não estão convencidos. “O que vamos fazer com os preços baixos se não tivermos dinheiro porque não haverá peixe?”, disse Felisa Albandonido, de 60 anos.

Nesse ínterim, a problemática resultou na formação e o fortalecimento de grupos de pescadores locais em toda a região. Os pescadores lideram atualmente atividades organizadas, foros públicos, piquetes e ações coletivas.

“Nós vimos na Ásia e em muitas partes do mundo que, historicamente, o petróleo não se traduz em riqueza para as pessoas,” disse Gilbert Sape da Coalizão dos Povos pela Soberania Alimentar (PFSC). Ao contrário, a experiência dos pescadores nas Filipinas Centrais tem provado mais uma vez que o potencial descobrimento de petróleo tem conduzido a uma pobreza ainda maior e à destruição da riqueza natural do mundo.

Extraído e adaptado de: “Hunger and plunder in the seas: Oil and gas exploration causes destruction of marine environment and food insecurity in Central Philippines,” Ilang-Ilang D. Quijano, PAN AP e PCFS, novembro de 2008, <http://www.foodsov.org/resources/hungerplunder.pdf>

[início](#)

- Paraguai: Ação para proteger Povo Indígena em isolamento voluntário não pode ser adiada

O Povo Indígena Ayoreo é uma das cerca de 100 tribos não contatadas em todo o mundo e a única não contatada na América do Sul fora da bacia amazônica. Os Totobiegosode (‘gente do lugar dos javalis’) conformam o subgrupo mais isolado dos Ayoreo e vivem no Chaco, uma vasta extensão de floresta densa e achaparrada que se estende do Paraguai à Bolívia e Argentina. Eles são extremamente vulneráveis a qualquer forma de contato com estranhos devido a não terem imunidade contra doenças- adverte uma comunicação urgente enviada em novembro de 2008 pela Survival International às Nações Unidas. (1)

Mesmo que alguns se viraram para evitar qualquer contato com estranhos, desde 1969 muitos deles têm sido forçados a sair da floresta fustigados pelo desmatamento realizado por especuladores de terras e fazendeiros. Duas empresas brasileiras- Yaguarete Pora SA e River Plate SA- estão, atualmente, devastando o território ancestral dos Totobiegosode e seus meios de vida com o intuito de abrirem caminho principalmente para pastagem de gado vacum.

A pressão e a condenação generalizadas da opinião pública no Paraguai são decorrentes das fotos de satélite que revelaram a destruição da terra dos Povos Indígenas, bem como da cobertura cada vez maior da mídia sobre essa problemática em todo o mundo e de uma campanha da Survival International. (3) O Conselho Nacional do Ambiente do Paraguai (CONAM) anunciou a decisão de retirar a licença a Yaguarete para operar na área. Contudo, quando uma equipe do governo foi investigar as atividades da brasileira Yaguarete Pora na região, foi impedida de fazê-lo por empregados da empresa.

Um comunicado de imprensa da Global Forest Coalition (2) informa que, “Essa tragédia ocorre no maior reservatório de carbono do Paraguai e acontece em um departamento onde o desmatamento está proibido pela Lei Departamental.”

As terras dos Totobiegosode arrasadas por bulldôzers no norte do Chaco quase triplicaram desde maio deste ano. O impulso pelos agrocombustíveis incrementou a apropriação de terras tradicionais por causa da pastagem de gado vacum. O Ministro da Agricultura do Paraguai estava na região do Chaco promovendo as culturas para agrocombustíveis como um projeto lucrativo. As empresas argentinas Carlos Casado e Patagonia Bioenergia se uniram para formar uma companhia de produção de jatrofa curcas para agrocombustíveis no Paraguai. (<http://www.biodiesel.com.ar/?p=1001#more-1001>).

Conforme o comunicado de imprensa da GFC, “A terra dos Ayoreos vem sendo desmatada a um ritmo medonho. Mais de 200 hectares foram clareados e outros 1.000 hectares estão programados para ser desmatados até o fim do ano. Os desmatadores juram que irão cumprir esse prazo ‘aconteça o que acontecer’. As terras serão destinadas para plantar jatrofa curcas.” O comunicado de imprensa da GFC informa que “A empresa Carlos Casado já tem um ‘campo de ensaio’ de 15.000 hectares na região oeste do Chaco”.

Os projetos e as políticas que devastam a diversidade cultural da sociedade, o ambiente e o clima vão de encontro ao discurso do presidente Fernando Lugo, que tinha prometido proteger os direitos dos Povos Indígenas e o ambiente. Como alerta a Survival International: “Lugo deve agir para proteger os Ayoreo-Totobiegosode agora. Se esperar mais tempo, pode ser tarde demais.”

[início](#)

- R.D. do Congo: barragens Inga significam bons negócios para as corporações e nenhum benefício para as comunidades locais

O projeto da hidrelétrica Inga (Inga 1, Inga 2, Inga 3 e Inga Grande) está localizado a 225 quilômetros ao sudoeste da capital Kinshasa. Estende-se sobre a queda d'água segunda maior em volume do mundo, as cataratas Inga, 14,5 quilômetros de rápidos localizados onde o segundo maior rio despenca de uma altura de cerca de 100 metros em só treze quilômetros e tem um fluxo médio de 42.476 m³/s.

O projeto foi iniciado em 1920 durante o governo colonial belga. As autoridades

coloniais forçaram os primeiros habitantes a abandonar o local sem qualquer compensação. Inga deslocou comunidades que não receberam nenhuma compensação até hoje.

As usinas hidrelétricas Inga 1 e Inga 2 foram autorizadas em 1972 e 1982. Ambas barragens contribuíram em grande medida para disparar a dívida do país e atualmente opera a apenas 40% de sua capacidade porque nunca receberam manutenção: quase metade das 14 turbinas não funcionam em absoluto. (1)

Inga 3 seria um projeto de desvio de energia hidráulica para exportar eletricidade para África do Sul e outros países vizinhos, e para atrair indústrias com uso intensivo de energia à RDC, a um custo total de mais de \$8 bilhões. (2)

A hidrelétrica Inga Grande foi proposta na década de 80 mas foi adiada por conflitos políticos na África Central. Foi reiniciada em abril do ano passado quando sete governos africanos e os maiores bancos e empresas de construção do mundo se reuniram para planejar o projeto hidrelétrico com um custo estimado de US\$ 80 bilhões. Com uma série de turbinas de 52.750 MW, o mega-projeto Inga Grande (que inclui a mencionada Inga 3), poderia produzir mais do dobro que a maior e famigerada hidrelétrica do mundo, a usina Tres Gargantas na China.

A Inga Grande supostamente irá “acender a África” e assim permitirá a industrialização como uma forma de mitigar a pobreza do continente. Citando o relatório da International Rivers: É provável que a rede centralizada da Inga “acenda” a África escassamente porque 90% da população vive atualmente sem eletricidade, e a maioria vive em áreas rurais fora do alcance das redes elétricas. A expansão da rede é muito dispendiosa, e tentar alcançar as comunidades rurais dispersas incrementaria significativamente os custos do projeto bem como o custo da eletricidade. ... Com base em tendências históricas, é provável que os efeitos em cascata na forma de empregos e impostos vão ser mínimos para os mais pobres da África, ao tempo que aumenta a insustentável carga da dívida nacional.” (3)

De fato, o mega-projeto irá providenciar crescimento econômico industrial para as empresas estrangeiras que buscam eletricidade barata e oportunidades financeiras para as empresas de elite e os líderes governamentais. Eles têm o apoio financeiro do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento e o Banco Africano de Desenvolvimento bem como a influência política dos países do G8. Ainda, conforme um artigo de The Guardian, “as expectativas da Inga Grande estar concluída até 2022 aumentaram significativamente no último ano já que os países, os bancos e as empresas privadas descobriram que podem receber altos rendimentos do mercado global de compensação de carbono e os créditos da mudança climática das Nações Unidas.” (4)

Em um tempo de restrições creditícias, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um programa de mercado para subsidiar os projetos supostamente baixos em carbono nos países em desenvolvimento que permite que as indústrias poluidoras continuem “como de costume”, representa mais uma fonte de dinheiro extremamente necessária para esse projeto milionário. O projeto da Inga Grande vem sendo vendido como energia “limpa e ecológica” que pode compensar as emissões de carbono em outros lugares “ao aproveitar a hidroeletricidade “de passagem” sem

erguer diques no rio”.

Mas como a International Rivers alerta: “Enquanto os projetos podem ter menos consequências prejudiciais que as barragens de armazenagem, freqüentemente estão longe de ser benignas para o meio ambiente. O termo ‘de passagem’ é indefinido, e portanto é freqüentemente usado para ‘mascarar de verde’ os projetos. De fato, muitas barragens de passagem’ têm enormes muros, importantes impactos sociais e ambientais, e até reservatórios. A extensão das barreiras e os canais de desvio envolvidos nesse colossal projeto ainda não está clara- é obscura, mas os impactos acumulativos das 52 turbinas da Inga Grande, bem como a Inga 3, no fluxo do rio podem ser consideráveis. Impactos sobre a pescaria, as florestas ribeirinhas e a ecologia dos rios necessitam ser cuidadosamente estudados. À medida que mais estudos das emissões de gases de efeito estufa provenientes da energia hidráulica são realizados, os cientistas vêm encontrando cada vez mais evidências de as emissões das barragens, especialmente de metano, serem uma preocupação legítima”.

(1) Inga 1 e Inga 2 dams, International Rivers,
<http://www.internationalrivers.org/en/node/2877>

(2) Inga 3, International Rivers, <http://www.internationalrivers.org/en/africa/grand-inga-dam-dr-congo/inga-3>;

(3) Grand Inga, International Rivers,
<http://www.internationalrivers.org/en/africa/grand-inga-grand-illusions>

(4) “Banks Meet Over £40bn Plan to Harness Power of Congo River and Double Africa's Electricity”, John Vidal, The Guardian,
<http://www.internationalrivers.org/en/node/2744>

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) lança cartilha sobre o Fomento Florestal

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do estado do Espírito Santo, Brasil, publicou, com o apoio do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM), uma cartilha chamada “Um Alerta sobre o Fomento Florestal: experiências e alternativas”.

O programa de Fomento Florestal – o plantio de eucalipto por agricultores – foi criado em 1990 pela Aracruz Celulose, como estratégia para ampliar as plantações de eucalipto sem precisar comprar mais terras, o que era proibido para ela naquele momento. Hoje, a Aracruz chama o programa de Produtor Florestal e o mesmo conta com cerca de 4 mil contratos de fomento em 96 mil hectares no estado do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

No Espírito Santo, vários agricultores, pequenos e grandes, já experimentaram o plantio de eucalipto a partir das promessas feitas pela Aracruz de que este seria uma boa opção para eles. Por isso, o MPA achou importante ouvir alguns camponeses que já produziram eucalipto pelo fomento, e aprender com suas experiências.

A cartilha analisa o contrato que o fomentado assina e suas múltiplas obrigações e aponta os principais problemas enfrentados pelos camponeses. Também mostra que existem boas alternativas ao plantio de eucalipto. Estas alternativas são econômica, social e ambientalmente mais viáveis para o camponês do que o plantio de eucalipto que atende, em primeiro lugar, à Aracruz Celulose. A cartilha mostra que, para a empresa, o fomento florestal é uma alternativa atrativa porque permite que ela terceirize essa atividade e consiga se inserir em regiões de elevada altitude onde dificilmente compraria terras, pois as suas máquinas de corte só funcionam em terras planas.

A cartilha faz uma comparação entre o retorno econômico e sócio-ambiental do plantio de eucalipto com o plantio de milho e feijão, culturas alimentares básicas para as famílias camponesas e brasileiras. Demonstra que, em vez de investir na monocultura de eucalipto, é mais interessante para o camponês investir no plantio de alimentos e diversificar a propriedade, inclusive pelo reflorestamento com diversas espécies nativas.

Com esta cartilha, o MPA quer incentivar o debate sobre o fomento entre a população camponesa, sobretudo na região serrana do estado do Espírito Santo, onde essa prática tem se expandido assustadoramente nos últimos anos, ocupando propriedades inteiras onde antes eram produzidos alimentos, de forma diversificada, e onde viviam famílias de camponeses. A cartilha é considerada um instrumento importante de formação para tentar reverter este processo, mantendo as famílias no campo produzindo alimentos para a população.

A cartilha pode ser acessada no
http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Fomento_Florestal.pdf

Winnie Overbeek, Rede alerta contra o deserto verde

[início](#)

- Indonésia: o papel que trouxe violência e morte

Mais uma vez, o conflito pelos recursos naturais causou estragos na população humilde. Desta vez, a ação criminal ocorreu no assentamento de Suluk Bongkal, Beringin, no distrito de Bengkali, Província de Riau, Sumatra.

No dia 18 de dezembro de 2008, centenas de policiais e paramilitares irromperam no povoado com gás lacrimogêneo e armas de fogo. Um helicóptero que parece pertencer à PT Arara Abadi lançou uma bomba incendiária sobre o povoado e queimou centenas de moradias supostamente com napalm. Foram usados gases lacrimogêneos e armas de fogo. Duas crianças morreram e muitas pessoas foram feridas enquanto outras eram capturadas. Cerca de 400 moradores fugiram para a floresta nas montanhas e apenas 58 pessoas permaneceram no povoado. Dois dias depois, um helicóptero voou a baixa altura sobre as tendas dos sem-teto que foram bombardeados com pedras. Estão sob uma pressão psicológica extrema.

O ataque visava despejar a população que tinha mantido um prolongado conflito por direitos territoriais com a empresa plantadora PT Arara Abadi, uma subsidiária do Grupo Sinar Mas, companhia propriedade de Eka Tjipta Wijaya, à qual a Asia Pulp and Paper (APP) também pertence. A Arara Abadi opera a maior plantação industrial de árvores da Indonésia fornecendo madeira para a fábrica de papel e celulose Indah Kiat. Só em Riau, a Arara Abadi tem concessões sobre mais de 350.000 hectares.

A organização ambientalista WALHI (Amigos da Terra Indonésia) denuncia que a maior parte dessas plantações de árvores foi instalada em contravenção com a legislação indonésia. A legislação florestal foi ignorada, as monoculturas foram estabelecidas em empinadas ladeiras que estão em um ângulo de mais de 30°, em áreas de captação, em áreas ricas em biodiversidade e em terras que pertenciam às comunidades locais. Os moradores locais vêm perdendo o direito a suas terras, sem receber uma compensação justa e oportuna e vêm se tornando cada vez mais pobres já que perderam o acesso e o controle das riquezas naturais do país.

A WALHI acredita que a violência em Suluk Bongkal, Bengkalis-Riau reflete a forma em que os recursos naturais vêm sendo tratados na Indonésia, de um modo que cria ainda mais conflitos e remove os recursos essenciais da população indonésia.

O conflito começou em 1984, quando a PT Arara Abadi reclamou as terras e destruiu 200 túmulos do povo indígena Sakai. A partir de então o conflito e a violência têm sido crescentes.

A população deve reaver a soberania sobre os recursos dos quais depende seu sustento. O governo deve reestruturar a indústria de papel e celulose bem como revisar as autorizações para monoculturas de árvores em grande escala. “A WALHI exige que o governo indonésio retire as licenças da PT Arara Abadi, acabe com a violência contra a população e todas as medidas para isolar o povoado, libere a aqueles que foram detidos e devolva as propriedades roubadas da população”, disse Berry Nahdian Forquan. “A WALHI também exige fortes medidas contra os responsáveis pela violência.”

“A WALHI opõe-se veementemente a qualquer uso da violência contra a população com o objetivo de defender os interesses da indústria”, afirma o diretor da WALHI. E acrescenta “A ação dos policiais e dos paramilitares constitui uma violação dos direitos humanos”.

Animamos aos leitores que apoiem as exigências da WALHI- quanto ao dever das autoridades de garantir os direitos humanos da população e de investigar e punir os responsáveis pelo crime, bem como de cancelar as licenças concedidas à companhia em questão e quanto ao dever de não serem sacrificados os direitos da população em prol dos interesses econômicos empresariais- a assinar a carta publicada no site da Rettet den Regenwald (<http://www.regenwald.org/international/englisch/protestaktion.php?id=345>) que será encaminhada às autoridades indonésias.

O grupo de trabalho pela democracia, os direitos humanos e a proteção ambiental na Indonésia e no Timor Leste, Watch Indonésia!, também exige “uma imediata

investigação de novos abusos dos direitos humanos, compensação para a população local e uma garantia de sua segurança e direitos, bem como a punição de todos os responsáveis pela violência. Exigimos que os governos e empresas da Europa analisem seus vínculos com empresas como a Sinar Mas que são responsáveis pelos abusos dos direitos humanos. O consumo excessivo da Europa leva parte de responsabilidade pelo crescente uso da violência nos conflitos territoriais relacionados com o papel, o óleo de dendê, o ouro e outras matérias-primas. Sumatra não é o único lugar onde as pessoas vêm sendo violentamente despejadas pela produção em massa de papel.”

Artigo baseado em publicações de imprensa da WALHI, enviadas por Ade Fadli, adefadli@walhi.or.id, e Watch Indonesia! em <http://lists.topica.com/lists/indonesia-act@igc.topica.com/read/message.html?sort=t&mid=813357752>

[início](#)

- Nigéria: Pneus à custa do sustento das comunidades

Já imaginou que os pneus de seu carro podiam ter sido produzidos à custa do sustento de uma comunidade local da Nigéria?

A maior parte da produção de borracha natural é voltada para a fabricação de pneus para diferentes tipos de veículos, desde carros a caminhões, aviões e assim por diante. Para se ter uma idéia da enorme quantidade de pneus consumidos, é só dar uma olhada nas estatísticas de 2007 em que foi produzido 1,3 bilhão de pneus.

Os países do Sudeste Asiático (Malásia, Indonésia e Tailândia) são os principais produtores mundiais de borracha enquanto a África dá conta de cerca de 5% da produção mundial de borracha natural. Dentro da África, os maiores países produtores são a Nigéria (300.000 hectares), a Libéria (100.000) e a Costa do Marfim (70.000).

As multinacionais Michelin e Bridgestone são os principais atores na produção mundial de pneumáticos, e estão ativas na África, onde instalaram suas plantações de borracha. A corporação Bridgestone/Firestone tem suas conflitantes plantações estabelecidas na Libéria e a triste história já é bem conhecida (vide artigos prévios sobre a Bridgestone nos Boletins 134 e 102 do WRM).

Por sua vez, a francesa Michelin só começou recentemente a escrever sua própria história de violações de direitos humanos. Tudo começou no dia 29 de maio, quando mais de 3.500 hectares da reserva florestal de Iguobazuwa que inclui terras agrícolas individuais e comunais foram transformados em plantações de borracha por um acordo ilegal sem o consentimento da comunidade. A invadida Reserva Florestal de Iguobazuwa está localizada no Estado de Edo, no sudoeste da Nigéria.

A Reserva Florestal Iguobazuwa já foi descrita no passado como uma das florestas e regiões ricas em biodiversidade da Nigéria. Nos arredores da reserva, habitam comunidades agrárias com mais de 20.000 pessoas que dependem da floresta para seu sustento diário e que tinham suas terras agrícolas ao redor das florestas.

Sem nunca ter consultado as comunidades, o governo local concedeu 3.500 hectares de terras florestais à multinacional francesa para instalar suas plantações de borracha.

Quando a Michelin chegou, arrasou com buldôzeres os 3.500 hectares de florestas e também as terras da comunidade local que, da noite para o dia se encontrou com suas duas fontes de sustento- floresta e terra agrícola- completamente destruídas. As comunidades de Iguobazuwa perderam tudo.

As terras agrícolas permitiam que eles cultivassem alimentos para consumo diário, mas também era uma fonte de renda já que vendiam parte do que produziam no mercado local. As florestas circundantes representavam para eles uma farmácia, um fornecedor de madeira e água, bem como um lugar de culto.

O grupo de apoio ambiental nacional, a Environmental Rights Action (ERA) que acompanhou o caso de perto, informa que, “Na véspera da saída do ex-governador do Estado de Edo, Lucky Igbinedion (29 de maio de 2007), grandes extensões da reserva florestal de Iguobazuwa com três mil e quinhentos hectares foram atribuídas à Michelin Nigéria Plc (também proprietária da empresa Osse River Rubber Estate), sem os devidos procedimentos. A aprovação, supostamente dada pela porta dos fundos, não seguiu os devidos procedimentos nem teve o consentimento da comunidade. Essa ação, divulgada pela Michelin e o governo como um sinal de desenvolvimento, acarretou uma séria contrariedade para as comunidades agrárias, já que as plantações de borracha da Michelin destruíram suas florestas, recursos florestais, antiqüíssimas terras individuais e comunais, sem dar à comunidade afetada qualquer compensação.”

Ao falar com Rita Osarogiagbon, o Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iguobazuwa, Gabriel Igbinigie revelou que a comunidade já tinha apresentado um protesto à ex-Comissionada do Ambiente do estado de Edo, Sara Adetugbogboh (atualmente Comissionada de Comércio e Indústria), sobre a concessão ilegal que atribuíra terras florestais à Michelin Nigéria. Ele disse, ‘Ela reiterou que o atual acordo com a Michelin foi realizado durante o governo passado e não durante o presente, acrescentando que a Michelin deveria resolver as diferenças pagando compensações aos membros da comunidade afetada’.

Houve diversas tentativas de diferentes membros das comunidades para fazer com que suas vozes fossem ouvidas mas nada mudou. As mulheres, cansadas de uma atitude passiva, decidiram erguer suas vozes e fazer que suas exigências fossem ouvidas tanto pelas autoridades quanto pela empresa. Nos primeiros dias de novembro se reuniram em um workshop de dois dias para partilhar suas experiências. Como resultado, elas apresentaram uma série de reclamações e estão determinadas a reaver suas terras.

Como efeito secundário do workshop ocorrido de 4 a 5 de novembro de 2008, a Michelin chamou alguns membros de duas comunidades (Aifesoba e Iguobazuwa) das nove comunidades diretamente afetadas, e pagou uma compensação. Um grupo (de Iguobazuwa) recebeu a compensação completa enquanto a outra comunidade (de Aifesoba) recebeu o que as pessoas descreveram como uns trocados, já que conforme eles, estava muito longe do tamanho da destruição e não era proporcionado

com o valor das lavouras destruídas.

Essa tática de divide e reinarás da Michelin, causou sérias desavenças entre as comunidades e seus membros. Conseqüentemente, um protesto pacífico por homens, mulheres e crianças das comunidades ofendidas ocorreu recentemente na cidade de Benin para mandar embora suas mágoas. Solicitaram ao ERA/FoEN e ao Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais um apoio contínuo para garantir a justiça.

Uma mulher de uma comunidade adjacente a Iguobazuwa descreveu a situação em termos bem claros ao dizer, “Não quero dinheiro. Quero que devolvam minha terra... se agora eles me dão um milhão de Naira, ainda esatrei no vermelho, mas se eu tenho minha terra posso cultivar para cuidar da minha família e possivelmente passar as terras para meus filhos.”

Eles estão enfrentando sérias ameaças relacionadas com escassez de alimentos – o que resulta em aumento dos preços dos alimentos nos mercados locais e que levou à fome e má nutrição- e também riscos à saúde devidos a surtos de epidemias decorrentes da extinção de plantas medicinais do local devida à transformação das florestas em plantações de borracha.

Eles afirmam que não irão se deter até que sua terra seja devolvida, cada árvore cortada seja replantada e uma abundante compensação pelas lavouras destruídas seja dada. Eles sabem que não é um caminho fácil e para consegui-lo sabem que precisam do apoio internacional.

Todos aqueles que quiserem apoiar essas mulheres podem assinar uma carta em [http://www.wrm.org.uy/paises/Apoio Comunidades Nigeria pr.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Apoio_Comunidades_Nigeria_pr.html) que será encaminhada ao governo nigeriano bem como aos escritórios da Michelin.

Artigo baseado em: Informações da Environmental Rights Action, ERA Relatório de campo 172, em: http://www.eraaction.org/index.php?option=com_content&view=article&id=105:field-report-172-michelin-converts-prime-forest-to-plantation&catid=5; web site da Michelin: www.michelin.com; <http://www.michelin.com/corporate/front/templates/affich.jsp?codeRubrique=88&lang=EN>, <http://www.michelin.com/corporate/front/templates/affich.jsp?codeRubrique=88&lang=EN>; Informações reunidas durante o workshop realizado na Nigéria nos dias 4 e 5 de novembro em conjunto com o WRM – FOE Project on the role of the EU in disempowering women in the South

[início](#)

- Nova publicação do WRM sobre a resistência contra as plantações industriais em Camarões

Esta nova publicação do WRM, divulgada na Série sobre Plantações (nº 13), analisa a resistência das populações contíguas a duas das maiores plantações industriais da África: a monocultura de hevea Hévéa-Cameroun (HEVECAM) e a plantação de dendezeiro Société Camerounaise de Palmeraies (SOCAPALM). O relatório visa

contribuir a preencher a falta de informações sobre a situação das plantações comerciais na África Equatorial.

Antes da instalação das duas monoculturas, a região- localizada no Sul de Camarões perto de Kribi- estava coberta por floresta tropical litorânea extraordinariamente rica em biodiversidade, e estava escassamente povoada por camponeses-caçadores Bantu e caçadores-coletores Bagyeli (“Pigméus”), dois povos que dependem fortemente dos recursos florestais. Com a chegada das plantações HEVECAM em 1975 e SOCAPALM em 1978, essas populações foram deslocadas e a floresta foi clareada e substituída por monoculturas. Atualmente, as plantações lindam com uma vintena de comunidades Bantu e Bagyeli que estão em conflitos mais ou menos abertos contra a agroindústria, como explica o relatório.

Ao analisar o conflito, surge claramente que o governo sempre tem tido um papel central, em particular, através da determinação do quadro legal em que operam as agroindústrias (propriedade territorial, prazos e condições, leis sociais e ambientais). Se bem é certo que o Estado deve cumprir com os requisitos dos atores internacionais (FMI/Banco Mundial, governo francês), também é certo que é um ator chave no conflito, e que de forma geral sempre está do lado das agroindústrias. A relação entre as populações locais e o Estado é nesse sentido ambígua: de um lado, é percebida como distante e autoritária (“Não é sua terra, é a terra do governo” é a resposta típica que os moradores recebem das autoridades), e do outro, o Estado é ainda respeitado até certo ponto (“Nós não vamos usar as armas contra nosso próprio governo!”).

Nesse contexto conflitante, é possível perguntar-se por que, em Camarões, as plantações industriais têm sido tão promovidas pelo Estado- apesar de os resultados econômicos terem freqüentemente permanecido bem abaixo do esperado. Uma explicação consiste em mostrar os interesses pessoais das elites nacionais e/ ou a subordinação dos camponeses aos requisitos da acumulação capitalista considerada como a única forma em direção ao desenvolvimento. Em resumo, o Estado tem estado incontestavelmente posicionado desde o início da colonização – e a pedido do setor privado da metrópole – como o ator principal impondo a transição ao capitalismo; e foi assim apesar da resistência de muitas comunidades locais. Aliás, o primeiro movimento nacionalista importante- a UPC (União dos Povos de Camarões) do socialista Ruben Um Nyobé- foi originado por problemas de posse territorial relacionados com a colonização francesa.

Contudo, o conflito entre as populações locais e a HEVECAM-SOCAPALM não é só uma luta territorial. Trata-se também – e talvez acima de tudo, atualmente- de um conflito ambiental. Isso é assim porque os Bantu e Bagyeli não reclamam o controle do território das plantações como tal, já que para eles se tornaram inúteis. O que eles reclamam é: (1) uma compensação de qualquer tipo – monetária, de plantações nas aldeias, ou de infra-estrutura (estradas, escolas, etc.) – devido à destruição do que eles consideravam sua floresta; e (2) a não extensão da HEVECAM-SOCAPALM, ou seja, a preservação das florestas tradicionais que restam. É com esse objetivo que os Bantu vizinhos geralmente reclamam a presença de algum deles entre os altos executivos das empresas.

Mas como ocorre freqüentemente com as populações rurais empobrecidas, os conflitos sociais permanecem latentes, mal organizados e sem uma dimensão política clara. Os moradores mostram freqüentemente uma forma de resignação. Como o Estado é o “chefe supremo da terra” e da violência legítima existe a obrigação de submeter-se. A manifestação do descontentamento permanece amiúde no terreno do discurso, o que R. Oyono chama de “conflito de linguagem”. De fato, a situação descrita neste relatório corresponde completamente ao que J.Scott chama de “formas quotidianas da resistência”. Estas referem a qualquer ato dos membros de classes sociais baixas, que visa mitigar ou rejeitar as exigências (aqui: a ocupação territorial e a obrigação de respeitar a propriedade privada) das classes superiores (aqui: a diretiva da HEVECAM-SOCAPALM e o Estado) ou visa expressar suas próprias exigências (aqui: uma compensação em sentido amplo). Esse tipo de resistência passou despercebido por historiadores e politólogos- já que não deixa geralmente nenhum vestígio escrito- mesmo que seja sem dúvida a forma de conflito mais comum entre as populações rurais. Estas últimas não são o que os observadores externos pensaram que estavam vendo, ou seja, grupos sociais globalmente passivos que se revoltavam esporadicamente em motins violentos. Essas formas quotidianas de resistência freqüente são as armas daqueles que não tem poder. E podem tomar diferentes formas como sabotagem, roubo, ignorância fingida, falso acordo, dissimulação, não compromisso, difamação, incêndios provocados, etc. Em nosso caso, os roubos de produtos das plantações bem como os incêndios são formas típicas de resistência que ocorrem ao redor da HEVECAM-SOCAPALM. Esse tipo de luta de classes exige pouca ou nenhuma coordenação nem planejamento ; é geralmente anônima e evita toda confrontação direta com as autoridades ou as classes mais altas a fim de driblar a repressão. Além disso, através de sua acumulação, esses atos de resistência podem ter sérios efeitos nos interesses das classes dominantes.

A respeito da relação conflito- efeitos, J. Martínez- Alier aponta que, “a importância não devia ser dada à ‘resolução dos conflitos ambientais’ mas, sobretudo, (dentro dos limites gandhianos) à exacerbação dos conflitos, a fim de avançar em direção a uma economia ecológica”. De fato, escreve o autor, é possível que esse tipo de conflitos ambientais- qualificados como “ambientalismo dos pobres”- represente em breve uma importante força social que permita atingir uma maior sustentabilidade.

Julien-François Gerber (JulienFrancois.Gerber@campus.uab.es)

[início](#)

- Papua Nova Guiné: Banco Mundial promove dendezeiros e empurra a população para a pobreza

O “Projeto de Desenvolvimento Agrícola de Pequenos Proprietários” (SADP) é um empréstimo do Banco Mundial recentemente outorgado ao governo da PNG. O projeto SADP, um crédito de US\$ 27,5 milhões “visa melhorar a receita agrícola em várias comunidades das províncias West New Britain e Oro.” Conforme Benson Ateng, Diretor do Banco Mundial para a PNG, esse projeto é “um elemento essencial da nova Estratégia do País, para favorecer a mitigação da pobreza em duas províncias que plantam dendezeiros. O projeto visa incrementar os rendimentos dos agricultores de

dendezeiros através de um enfoque comunitário para o desenvolvimento agrícola.”

Contudo, a população local da Província de Oro, onde as plantações também foram desenvolvidas com um empréstimo prévio do Banco Mundial e uma das áreas objetivadas para o projeto SADP, opõe-se fortemente e denuncia que o empréstimo, “foi seqüestrado pelas Empresas de Plantações de Dendezeiros na Papua Nova Guiné para impulsionar a expansão do dendezeiro antes que destiná-lo a áreas nas que possibilitaria maiores benefícios econômicos para a massa rural que depende da agricultura na Papua Nova Guiné.”

Em vez de promover um enfoque diversificado para o desenvolvimento agrícola, através desse projeto os pequenos produtores serão incentivados e receberão verbas para estabelecer plantações de dendezeiros em suas terras.

Conforme uma carta recebida pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, as comunidades locais objetam que o empréstimo seja usado na expansão do dendezeiro por duas razões:

“Primeiramente, o dendezeiro não é a única opção para a participação ativa da economia do dinheiro por parte da população rural como é a idéia de nosso governo e das companhias dendeicultoras multinacionais que operam em nosso país. As diversas avaliações focalizaram o dendezeiro em detrimento de outras alternativas. Na província do Norte, as equipes de avaliação mantiveram discussões só com as partes interessadas na indústria do dendezeiro. Essas consultas também não incluíram nenhuma convocação de reuniões com produtores de outras lavouras em áreas de plantação de dendezeiros. Por isso, as visões apresentadas para apoiar a proposta do empréstimo não refletem uma amostra significativa da comunidade.

Em segundo lugar, nós opinamos que para que o empréstimo SADP beneficie mais famílias agrícolas, o governo deveria dar importância ao desenvolvimento e à manutenção dos acessos rodoviários para as comunidades rurais a fim de possibilitar a participação da maioria da população.

Toda nova expansão do dendezeiro não será o melhor para a nação porque terá sérios efeitos negativos em nosso ambiente social e terrestre. Já implicou importantes perdas de florestas e biodiversidade em nosso país acarretando problemas sociais e ambientais pelos quais as empresas dendeicultoras se negam descaradamente a aceitar responsabilidades.

Somos cientes do fato de o Banco Mundial estar muito bem informado de problemáticas tais como o impacto direto da indústria do dendê, mas está considerando se pode conceder outro empréstimo ao governo da PNG com o pretexto do desenvolvimento da agricultura como uma estratégia para aliviar a pobreza enquanto são as corporações multinacionais as que se beneficiam dos empréstimos somos nós que quitamos esses empréstimos.

De fato, com o empréstimo anterior do Banco Mundial para o Projeto de Expansão do Dendezeiro na província de Oro aconteceu o oposto a uma diminuição da pobreza. De repente, parte de nossa gente ficou sem terras e conformará uma classe de

pobres. Esse é um fato que nós não sabíamos desde a época de nossos ancestrais.”

Com base nas considerações mencionadas, as comunidades locais apelam ao Banco Mundial para uma revisão das condições do empréstimo a fim de promover outras alternativas fora o dendezeiro ou para cancelar o empréstimo.

Por sua vez, as empresas dendeicultoras estão pressionando para que o governo insista em que as verbas sejam liberadas rapidamente já que elas já têm seus próprios planos de implementação prontos. Não obstante, ainda há tempo para mudar a questão e é justamente nisso que a população local da Província de Oro está fazendo questão: deter esse enfoque de monoculturas e fazer questão de um futuro diversificado.

Eles estão solicitando apoio internacional e esboçaram uma carta que será encaminhada às autoridades do Banco Mundial bem como ao governo da PNG. A carta está disponível na íntegra – em inglês- em:

[http://www.wrm.org.uy/countries/Support to Papua New Guniea.html](http://www.wrm.org.uy/countries/Support%20to%20Papua%20New%20Guinea.html)

Todos aqueles que quiserem dar apoio à carta, podem enviar nome, organização e país para o correio eletrônico: support@wrm.org.uy até o dia 20 de fevereiro.

[início](#)

- Plantações, pobreza e poder. O papel da Europa na expansão da indústria da celulose no Sul

Antes da atual crise econômica global, a indústria de celulose tinha cobiçosos planos de expansão. Mesmo que a indústria fechasse fábricas no Norte, estava se espalhando drasticamente no Sul onde cerca de cinco milhões de toneladas de nova capacidade deviam ser iniciadas a cada ano em um período de cinco anos. Vastas áreas de plantações de monoculturas de árvores foram estabelecidas a fim de fornecer matéria-prima para as novas mega fábricas, especialmente na América Latina, no sudeste asiático e na África do Sul.

Atualmente, porém, os analistas da indústria falam sobre o excesso de capacidade em termos de um “muro de celulose”. Entre setembro e dezembro de 2008, a produção global de celulose diminuiu em mais de 2 milhões de toneladas. O sudeste asiático é a região mais afetada. A Asia Pulp and Paper e a APRIL diminuíram a produção de celulose em um total de 580.000 toneladas. No Brasil, a Aracruz tenta desesperadamente economizar dinheiro após sofrer perdas na casa dos US\$ 2 bilhões em investimentos em derivados e abriu mão (por enquanto) de seu projeto de fábrica com capacidade de 1,5 milhão de toneladas ao ano em Guaíba no Rio Grande do Sul

As fábricas de celulose já não se constroem como plantas de plantações. Uma das razões para os problemas atuais da indústria é um conflito de interesses. As empresas européias, as agências de cooperação e as instituições têm um papel significativo na promoção e financiamento da expansão da indústria no Sul. Promovem a expansão não como uma forma de “desenvolvimento” e sim porque é benéfico para a indústria européia.

No meu novo relatório, “Plantações, pobreza e poder”, observa-se o papel das empresas europeias e as instituições na promoção da expansão da indústria de papel e celulose nos países do Sul. O relatório responde às mentiras que aqueles que propõem as plantações repetem para justificar a expansão das plantações industriais de árvores no Sul: que providenciam empregos, aliviam a pressão sobre as florestas, que só são estabelecidas em terras degradadas, restauram solos, seqüestram carbono e ajudam a satisfazer a “demanda global” de papel. A maior mentira é que as plantações são florestas.

A realidade para as pessoas que vivem nas áreas onde as plantações foram instaladas é que as plantações têm destruído seus meios de vida e secado seus arroios e rios. Os poucos empregos gerados são perigosos, mal remunerados e freqüentemente temporários. As fábricas de celulose estão entre as mais poluidoras das indústrias. Um dos motivos por que o Sul parece tão atraente é que a regulação é menos estrita. As árvores crescem mais rapidamente nos trópicos, a mão-de-obra é mais barata e os governos providenciam um conjunto de subsídios para incentivar a expansão da indústria. Mas outro motivo importante, que a indústria é mais relutante a reconhecer, é que em muitos países, a área de plantações industriais de árvores se espalhou rapidamente sob ditaduras militares brutais, o que faz que os protestos contra os impactos das plantações tenham sido extremamente perigosos ou impossíveis. Os exemplos incluem África do Sul, Chile, Brasil, Tailândia e Indonésia.

O relatório analisa detalhadamente cinco projetos de celulose: Veracel (Brasil), Sappi (Suazilândia), Advance Agro (Tailândia), Asia Pulp and Paper (Indonésia) e Botnia (Uruguai). Sem os generosos subsídios provavelmente esses projetos não teriam vingado. Os projetos providenciaram uma série de lucrativos contratos para empresas europeias, nórdicas e norte-americanas de vários setores: consultoras, de maquinário, fornecedoras de produtos químicos e de engenharia. Todos os projetos implicaram sérios problemas para as comunidades locais.

A seguir, os perfis de alguns dos atores europeus envolvidos na promoção, design e construção de projetos de celulose no Sul. Pöyry é a maior consultora florestal do mundo e facilitou (também tirando seu proveito) a expansão da indústria de celulose em muitos países, tanto no Norte quanto no Sul. A Confederação de Indústrias Papeleiras Europeias apóia a indústria de papel e celulose apesar dos impactos nas comunidades e florestas. O Banco Asiático de Desenvolvimento, a Corporação Financeira Internacional e o Banco Europeu de Investimentos são exemplos de agências de ajuda multilateral que apóiam a indústria de celulose. Cada uma dessas agências tem diferentes padrões que deveria aplicar a projetos potencialmente destrutivos tais como a plantação industrial de árvores e a indústria de celulose. Em cada caso, os padrões (e a forma em que são aplicados) são inadequados para impedir os impactos sobre as comunidades locais e o ambiente.

O relatório considera em detalhe dois conjuntos de padrões voluntários: as diretrizes voluntárias da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para “florestas plantadas” e o programa de certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC). As duas organizações apóiam a indústria de celulose e a expansão das plantações industriais de árvores. Ao definir as plantações como florestas, a FAO

ajuda a criar a ilusão de as plantações não serem destrutivas mas sim uma outra forma de floresta. O FSC apóia a indústria de celulose ao certificar plantações industriais como bem manejadas, sem abordar no processo inclusive os mais egrégios impactos das plantações industriais de árvores.

O relatório conclui com uma sugestão de uma forma alternativa em que a indústria de celulose poderia se desenvolver, que providenciaria o papel necessário para satisfazer a demanda local, com base em fábricas de papel e celulose em pequena escala e com o uso de matérias-primas locais. O papel poderia e deveria ser produzido sem destruir as florestas, as pradarias nem os meios de vida das comunidades locais. Um primeiro passo em direção a uma indústria de celulose e papel menos destrutiva seria deter os subsídios que ajudam a manter o status quo. Não deveriam ser usados mais fundos de desenvolvimento para facilitar a expansão da indústria mundial de celulose e suas associadas plantações industriais de árvores.

O novo relatório de Chris Lang, “Plantações, pobreza e poder: o papel da Europa na expansão da indústria de celulose no Sul”, pode ser baixado aqui: <http://chrislang.org>
início

O NEGÓCIO DA MUDANÇA CLIMÁTICA

- Carvão mascarado como “biochar”: outra lucrativa solução tecnológica

De acordo com um crescente, vocal e muito bem-aparentado grupo de cientistas, empresários e lobbistas, a melhor- se não a única- forma da humanidade sobreviver à mudança climática e resolver as crises energética e alimentar é lavrar o solo com bilhões de toneladas de carvão a cada ano. O grupo o chama “biochar” como se fosse uma nova técnica aperfeiçoada e afirma que irá armazenar carbono a sete chaves durante milhares de anos, providenciar energia através dos mesmos processos que o carvão, incrementar em grande medida os rendimentos de plantação e deter o desmatamento (causado, conforme muitos deles, principalmente por pequenos agricultores que praticam a roça e queima nas florestas porque não podem manter a fertilidade de seus solos). Mesmo que essas afirmações possam ser bizarras e infundadas, estão sendo levados a sério nos círculos políticos de alto nível.

O palestrante principal na conferência de 2008 da International Biochar Initiative (IBI), que é o principal fórum que pressiona sobre o biochar, foi o australiano Tim Flannery. Ele presidiu o Conselho do Clima de Copenhague que está organizando o Encontro Empresarial Mundial sobre Mudança Climática para maio de 2009, em que serão apresentadas recomendações dos líderes empresariais e pro-empresariais à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC). Muitos integrantes e defensores da IBI estão bem- aparentados e podem influenciar as decisões políticas nos altos escalões.

A IBI conseguiu importantes sucessos na Conferência da UNFCCC em Poznan. Depois de uma apresentação da UNCCD (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação) em Poznan, o biochar foi incluído no “diálogo para o regime do clima

pós 2012”.¹ Além disso, o governo da Micronésia propôs que o biochar deveria ter um papel vital na mitigação da mudança climática. Créditos de biochar no MDL pós 2012 poderiam ser aprovados formalmente em Copenhague.

Se aprovado, a afirmação feita por Flannery quanto ao “biochar” pode ser demonstrada como correta: “Com a apropriada... promoção e adoção, irá mudar nosso mundo para sempre”. Contudo, há razões para chegar à conclusão contrária ao levar em consideração a segunda parte de sua frase: “e muito mais para algo superior”.²

O carvão é um subproduto da pirólise da biomassa, uma forma de produção de bio-energia que produz dois tipos de combustível, o bio-óleo e o syngas bem como o carvão. Ambos podem ser usados para gerar calor e energia elétrica e também podem ser refinados posteriormente em agrocombustíveis de segunda geração, isto é, em combustível para carros e potencialmente para aviões. Isso se encaixa perfeitamente com o impulso das bio-refinarias e as plantações de árvores para fornecer combustíveis de carros, mas não depende delas. A pirólise geradora de calor e energia elétrica poderia ser rapidamente escalada, fazendo cair as ‘barreiras do mercado’. Se as empresas de pirólise podem ganhar dinheiro da transformação de biochar em fertilizantes patenteados (com a expansão das plantações que garanta os altos lucros dos fertilizantes), e se, podem atrair créditos de carbono, a indústria pode decolar rapidamente. Para empresas como a Best Energies, Eprida, Dynamotive and Biomass Energy and Carbon, fazer com que o biochar seja incluído no mercado de carbono pode marcar a diferença entre a possível falência ou, como a Best Energies expressou “ganhar a atual apropriação de terras em combustíveis de próximas gerações”.³

Os lobistas da IBI promovem a imagem de uma futura indústria que principalmente beneficia os pequenos agricultores e outros moradores, através de pequenas unidades de pirólise e fogões de carvão; contudo, muitos dos expositores apelam para objetivos de ‘seqüestro de carbono’ com o biochar (carvão) o que faria que meio bilhão de hectares de plantações biochar parecessem moderadas.

Assim, o “biochar” se ajusta com outra falsa solução climática baseada em plantações em larga escala e apropriação de terras, dos agrocombustíveis às plantações de árvores como ‘sumidouros de carbono’ e as árvores transgênicas. A análise racional científica para o “biochar” é ainda mais insegura do que para muitas outras soluções falsas: os agrocombustíveis, apesar de prejudiciais, podem pelo menos providenciar energia para veículos. A iniciativa biochar, por outro lado, não foi demonstrada de forma confiável para seqüestrar carbono ou fazer o solo mais fértil. A ‘evidência’ para as afirmações está baseada principalmente na terra preta- antigos solos da Amazônia Central- formada há centenas ou até milhares de anos. A terra preta foi criada por pequenos agricultores que, geração após geração, misturavam carvão com compost, ossos animais e de peixes, sedimentos dos rios, estrume e diferentes resíduos de biomassa no solo. Não há evidência de que os solos férteis e ricos em carbono possam ser simplesmente- ou rapidamente- recriados ao serem aplicadas grandes quantidades de carvão nos campos.

Até agora, um único estudo de campo sobre o “biochar” foi divulgado em publicações especializadas de referência. Os pesquisadores descobriram que, as adições de carvão fazem que os fertilizantes sintéticos de nitrogênio funcionem melhor. Os rendimentos dos plantios que crescem com carvão animal e fertilizantes são ainda consideravelmente mais baixos que para plantios que crescem apenas com estrume de galinha. Usando só carvão, porém, o crescimento foi nulo depois de duas colheitas. Esse é o motivo por que grande parte da ‘pesquisa com biochar’ envolve um fertilizante de bicarbonato de amônio que tem o carvão animal como único componente. Pelo menos durante esse breve estudo, a maior parte do carbono permaneceu no solo, mas outros estudos indicam que ainda isso não está garantido.

Um estudo no Quênia mostrou que durante os primeiros 20-30 anos depois de queimar a biomassa, os solos perderam 72% do carbono contido no carvão⁴. Os resultados iniciais de um estudo de campo na Colômbia mostram que parcelas com carvão têm maiores rendimentos, mas perdem 60% mais de carbono no solo que as parcelas de controle durante dois anos⁵. Isso faz com que se afirme que o biochar tem o potencial de seqüestrar carbono em uma escala de geo-engenharia pouco mais que o ar quente.

A iniciativa biochar hoje pode ser comparada com os agrocombustíveis em 2002: promessas infundadas para solucionar a crise climática e a pobreza de vez, enquanto, nos bastidores, um maciço esforço do lobby está abrindo caminho para mercados artificiais através do apoio do Estado. Para final deste ano, o lobby do biochar poderá ser bem sucedido em colocar o “biochar” dentro do MDL e outros programas de mercado de carbono a partir de 2012, possivelmente com ‘créditos duplos’, bem como ganhar apoio governamental. Várias empresas de papel e celulose indonésias, o diretor executivo da associação de dendeneiros da Indonésia, a Embrapa no Brasil, a boliviana DESA- empresa de agronegócio em Santa Cruz e a Shell já fazem parte do grupo que já promove a idéia. A pergunta é se os grupos e os movimentos da sociedade civil serão capazes de organizar suficientemente depressa e com sucesso a paralisação do impulso do biochar e, acima de tudo, o comércio de carbono em carvão agora etiquetado como biochar. Se não o conseguirmos, este ano poderemos nos encontrar lutando contra outras ondas de apropriação de terras e florestas e outra destruição do ecossistema.

Por Almut Ernting, Biofuelwatch, <http://www.biofuelwatch.org.uk>, e-mail: info@biofuelwatch.org.uk

Referências:

Por maiores informações vide em particular Seção 4 de “Climate Geo-engineering with ‘Carbon Negative’ Bioenergy”, www.biofuelwatch.org.uk/docs/cnbe/cnbe.html

1. www.biochar.org/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=51&Itemid=3

2. www.biochar-international.org/timflannery.html

3. www.bestenergies.com/aboutus.html

4. www.springerlink.com/content/0h15324rrg7k5061/

5. www.biochar-international.org/images/J_Major_biogeochem.pdf

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrn@wrn.org.uy
<http://www.wrn.org.uy>

